

O CARÁTER HUMANIZADOR DA EDUCAÇÃO E AS INDIVIDUALIDADES DO EDUCANDO

Marta Caroline de Paiva Alcântara¹
Nairton Pessoa do Nascimento²
Neyla Pessoa do nascimento³
Davi Willams de Paiva Alcântara⁴
Hannah Bezerra Pessoa⁵

RESUMO

O presente trabalho se pauta no papel da educação humanizadora como formação que amplia horizontes do educando, proporcionando-lhe conhecimento e cultura, com suporte de autores renomados à visão tema desta pesquisa no que se refere a analisar a percepção da educação como formadora de cidadãos com aspirações coletivas e particulares no contexto social, identificar atilamento mais preciso e fecundo sobre o contexto de vivência no processo educacional, avaliar barreiras ao acesso a direitos comuns que ampliam o conhecimento de si e de mundo. Para tanto, nesta pesquisa, fez-se uso de atividades diagnósticas e oficinas para se observar a necessidade de intervenção do professor em situações que sejam particularizadas, tendo em vista que a prática em sala de aula exige uma percepção do geral e para o geral, bem como sensibilidade para as necessidades individuais que acontecem. Destarte, os resultados a que se chegou confirmam que as atividades desenvolvidas pelo e para o ser humano devem respeitar as distinções de cada pessoa a fim de que se efetive a preparação do indivíduo para a sociedade (deveres) e para gozar de seus direitos enquanto cidadão.

Palavras chave: humanizadora, formação, necessidades individuais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se pauta no papel da educação como humanizadora no seu processo e resultado bem como se dá a necessidade individual e coletiva do ser humano

¹ Especialista em Gestão Educacional em Rede da Universidade Federal do Piauí - PI, karoline_iza@hotmail.com;

² Especialista em Estudos Literários da Universidade Estadual do Piauí – PI, nairtonpn@gmail.com;

³ Especialista em Libras e Educação Especial pelo Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu - PI, neylapessoan@gmail.com;

⁴ Especialista em Metodologias do Ensino da Matemática da Faculdade de Educação do Piauí – PI, davipaiva18@hotmail.com;

⁵ Professor orientador: Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Ademar Rosado – PI, hannahpessoa@hotmail.com.

enquanto cerne desse processo, tendo em vista que essa formação amplia horizontes do educando, proporcionando-lhe conhecimento e cultura.

Nesta perspectiva, o referencial teórico analisado dá suporte à visão tema desta pesquisa no que se refere a analisar a percepção da educação como formadora de cidadãos com aspirações coletivas e particulares no contexto social, identificar atilamento mais preciso e fecundo sobre o contexto de vivência no processo educacional, avaliar barreiras ao acesso a direitos comuns que ampliam o conhecimento de si e de mundo.

Com isso, entender a educação como base das sociedades humanas é ir ao encontro de pensamentos como os de Gadotti (2000) e Libâneo (1990), que têm essa abrangência de juízo no que se refere à educação. Ou, conforme Elias (1994), que lança luzes à importância da valorização das distinções como essencial ao desenvolvimento do ser humano.

Para tanto, nesta pesquisa, fez-se uso de atividades diagnósticas e oficinas para se observar a necessidade de intervenção do professor em situações que sejam particularizadas, tendo em vista que a prática em sala de aula exige uma percepção do geral e para o geral, bem como sensibilidade para as necessidades individuais que acontecem.

Neste sentido, compreender a educação como uma necessidade humana (social e individual) requer o entendimento de que pessoas apresentam características próprias e é isso que faz com que se seja vivenciada a educação como uma prática para melhorar a condição do homem e da sociedade.

METODOLOGIA

A conjuntura em que se construiu a presente pesquisa foram atividades diagnósticas e oficinas realizadas por iniciativa dos autores deste trabalho em situações de aula na Escola Municipal Adelaide Rosa em Água Branca-PI de junho a agosto de 2021. Atividades diagnósticas e oficinas se mostraram mais fecundos devido ao contexto de pandemia e a necessidade de se aferir o nível de aprendizagem do alunado, também como forma de se ter uma percepção mais aguçada do que se vivenciava realmente, tendo em vista que a realidade a que se está atrelado o ensino.

Neste sentido, as atividades em sala de aula se davam em conformidade com o cronograma fornecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), inserindo-se

atividades diagnósticas quinzenalmente e oficinas duas vezes por semana, a fim de que se pudesse obter o resultado mais claro possível das atividades e intervenções.

A fim de que se alcançasse o mais próximo da realidade, optou-se por inserir as atividades diagnósticas e oficinas no dia a dia das atividades em sala de aula. Nisso se pôde perceber a real situação em que se encontravam os alunos e as necessidades de intervenção para as devidas correções de percurso.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é processo humano no qual são lançadas vistas a fim de se obter entendimento no que se refere à prática em si como, também, na busca por entendimento das melhores metodologias de ensino, entendendo-se que a educação é a ferramenta efetiva de emancipação cidadã bem como proporcionadora da igualdade de acesso e direitos do indivíduo, independentemente de origem e, por finalidade, a abrangência formativa. Em relação ao tema, Gadotti pontua que,

A educação, como processo pedagógico sistematizado de intervenção na dinâmica da vida social, é considerada hoje objeto priorizado de estudos científicos com vistas à definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento integral das sociedades. Ela é entendida como mediação básica da vida social de todas as comunidades humanas (GADOTTI, 2000, p. 65).

Corroborando o citado anteriormente, Libâneo (1990) considera que,

O trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepara-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias na vida social (LIBÂNEO, 1990, p.16-17).

Neste mesmo sentido, a Lei de diretrizes e Base da educação Nacional (LDBEN 9.394/1996) destaca em seu Art. 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Nesse sentido, a LDBEN vislumbra a formação humana sob aspectos múltiplos, em conformidade com a formação do povo brasileiro. Ainda no corpo da citada lei, em seu Art. 2º, destaca-se que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Educar/aprender tem como princípio as relações humanas, porquanto se dá pela interação na busca de conhecimento. Para Dewey e Westbrook (2010),

A experiência educativa é, pois, essa experiência inteligente, em que participa o pensamento, através do qual se vêm a perceber relações e continuidades antes não percebidas.

Todas as vezes que a experiência for assim reflexiva, isto é, que atentarmos no antes e no depois do seu processo, a aquisição de novos conhecimentos mais extensos do que antes será um dos seus resultados naturais.

A experiência alarga, deste modo, os conhecimentos, enriquece o nosso espírito e dá, dia a dia, significação mais profunda à vida. E é nisso que consiste a educação. Educar-se é crescer, não já no sentido puramente fisiológico, mas no sentido espiritual, no sentido humano, no sentido de uma vida cada vez mais larga, mais rica e mais bela, em um mundo cada vez mais adaptado, mais propício, mais benfazejo para o homem (DEWEY; WESTBROOK, 2010, p.37).

Para o autor, a educação, em suas práticas, é uma ação humana, uma ação humanizadora. É quando o homem enriquece o outro e abre-lhe o sentido para uma vida em sociedade que se estabeleça de forma ativa e positiva como também se dá no Art. 2º da LDBEN.

A partir do entendimento que a educação como processo de transferência de conhecimentos se dá de humano para humano e de que o conhecimento é a base na sustentação das sociedades humanas, Gadotti (2000) considera que,

O conhecimento é o grande capital da humanidade. Não é apenas o capital da transnacional que precisa dele para a inovação tecnológica. Ele é básico para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado a todos. Esta é a função de instituições que se dedicam ao conhecimento apoiado nos avanços tecnológicos. Espera-se que a educação do futuro seja mais democrática, menos excludente. Essa é ao mesmo tempo nossa causa e nosso desafio. Infelizmente, diante da falta de políticas públicas no setor, acabaram surgindo “indústrias do conhecimento”, prejudicando uma possível visão humanista, tornando-o instrumento de lucro e de poder econômico (GADOTTI, 2000, p.8).

Conforme o autor, a inovação e os avanços devem estar além do discurso de dominação econômica. A educação e o lucro é discussão travada desde Sócrates e do qual o homem é vítima e carrasco ao mesmo tempo. No entanto, não se pode deixar de entender que o foco da educação é a formação do indivíduo. Ainda sobre o que considera Gadotti (2000),

A tecnologia não basta. É preciso a participação mais intensa e organizada da sociedade. O acesso à informação não é apenas um direito. É um direito fundamental, um direito primário, o primeiro de todos os direitos, pois sem ele não se tem acesso aos outros direitos.

Na formação continuada necessita-se de maior integração entre os espaços sociais (domiciliar, escolar, empresarial, etc.), visando equipar o aluno para viver melhor na sociedade do conhecimento (GADOTTI, 2000, p.7).

Como anteriormente citado, emancipar é efeito do processo educacional e o acesso à informação, informação de qualidade e produtiva para que se possa manter o entendimento de que a sociedade melhora ao se preocupar com a formação e melhorar a formação de seus entes.

Sabido que mudanças na sociedade, informações diversas, técnicas novas e releitura de saberes e incorporação de outros põem a escola em patamar de palco nessas discussões, considerando-se que é no processo educacional que se dá o contato com essas inovações ou é quando se carece entender e praticar o que se apresenta como inovador.

Neste processo de discussão, cabe à escola lançar vistas às teorias oriundas desse procedimento de transformação pelo qual se passa cada vez mais rápido e cobra igual agilidade de onde se percebe as manifestações culturais e sociais de forma mais evidente, a prática educacional, que deve figurar como agente transformador e motivador dessas inovações.

Além disso, no percurso da aprendizagem, há de se considerar, constantemente, os aspectos individuais e valorizá-los, tendo em vista que as particularidades de cada pessoa fazem dela uma experiência única, e que carece de olhares que a levem ao mesmo exercício de direitos outorgado a todos.

Em um contexto cultural de dimensões continentais e com a grande rede dirimindo fronteiras, a relevância de se levar em consideração individualidades e, com base nelas, pensar a educação de forma a respeitar, assegurar e prestigiar as particularidades é tarefa considerável para o cenário educacional vigente.

Para Libâneo, a educação não é apenas uma exigência para a vida em sociedade, mas além. É um processo de formação do indivíduo e torná-lo apto à vida em sociedade a partir de conhecimentos e experiências culturais (LIBÂNEO, 1990, p.17). As práticas educativas para o autor são necessárias para a sociedade, contudo são essenciais para a formação do cidadão.

Entendendo-se que a prática educativa envolve pessoas e as partes envolvidas devem considerar seu papel no processo, o respeito e a valorização da realidade, principalmente do aluno, devido ao fato de não estar como de agente ou aquele que detém o conhecimento e as técnicas no processo.

A esse processo no qual as pessoas se inter-relacionam com o propósito de se chegar a um objetivo comum, que é o bem da sociedade, também é reconhecido por Elias (1994) como “Uma das condições fundamentais da existência humana é a presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas” (ELIAS, 1994, p. 22). Essa condição à existência humana está vinculada, ainda, às características individuais de cada pessoa. Conforme o mesmo autor “Mesmo dentro de um mesmo grupo, as relações conferidas a duas pessoas e suas histórias individuais nunca são exatamente idênticas. Cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular até chegar à morte (Idem).

De igual forma se dá o processo educativo, existem as individualidades e devem ser consideradas como em ações e processos que dizem respeito ao ser humano, reconhecido que cada indivíduo apresenta características próprias e importância diferenciada nas relações desse com a sociedade (Ibidem).

Em conformidade com a ideia apresentada, Brant e Velasquez dão ênfase à adoção de estratégias do conhecimento e prática que permitam ao aluno participar do processo tendo consciência dos objetivos, dos processos e dos meios facilitadores da aprendizagem (BRANT; VELASQUEZ, 2018, p.133). Nesse sentido, além do respeito ao aluno, trata-se de torná-lo sabedor do processo do qual é parte, significativa, e que possibilite a inserção educando de forma mais efetiva nas práticas educacionais.

Proporcionando, dessa forma, que a prática pedagógica reconheça como uma de suas primícias a formação do educando, respeitando as individualidades, e motivadora na aquisição do conhecimento e transformação desse conhecimento em desenvolvimento social para si, aluno, e para a sociedade da qual é parte.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Para se chegar aos resultados e constatações a que se propunha esta pesquisa, recorreu-se a atividades diagnósticas que apresentaram resultados que variavam em conformidade a situações como fins de semana prolongados, feriados em meio de semana e férias. Neste sentido é natural que se perceba um “afrouxamento” por parte dos alunos no que diz respeito às atividades escolares. No entanto, no contexto do retorno às aulas e da adaptação ao sistema híbrido, depois ao presencial, é de se entender que tais variações ocorram.

Também se pôde perceber que alguns alunos “perdiam” parte considerável do que se havia aprendido (30% no primeiro mês de atividades diagnósticas; 20% no segundo mês; 35% no terceiro mês, porém se deve considerar o retorno das férias e alguns feriados municipais no mês de agosto). Os demais alunos se dividiam entre os: que mantinham boa parte do que se havia aprendido (55% no primeiro mês de atividades diagnósticas; 60% no segundo mês; e 50% no terceiro mês); e os que mantiveram a maior ou quase totalidade do que se aprendeu (15% no primeiro mês; 20% no segundo mês; e 15% no terceiro mês).

Importa registrar que os resultados se referem ao que se fez na pesquisa, contudo as margens percentuais podem oscilar se levado em consideração um contexto sem pandemia e um ano letivo por completo. No entanto, considerou-se, não afetaria o resultado em que se pauta esta pesquisa.

Mais um fator a se fazer menção é o fato de as férias proporcionarem um “afastamento” natural das atividades escolares e feriados municipais na segunda quinzena de agosto também afetarem os estes resultados, mas essas particularidades eram esperadas e são compreensíveis.

Quanto a outra ferramenta utilizada na pesquisa, as oficinas, ocorriam de acordo com o calendário da SEMED e eram incorporadas às atividades em sala de aula como parte da própria aula, a fim de que se obtivesse o resultado o mais próximo do real possível.

Com a realização das oficinas, constatou-se que o atendimento a alguns alunos deveria ser personalizado, porquanto apresentavam um maior grau de dificuldade em um ou outro assunto. No entanto, esse tipo de comportamento é parte da prática em sala de aula e é esperado também, entendendo-se que cada aluno apresenta características

próprias bem como o tempo e modo de aprendizagem variam. Esse tipo de comportamento corrobora o entendimento de Elias (1994) em relação ao que o autor considera ser a história de cada um ser diferente.

Distinta constatação é a de que os comportamentos também variavam por motivos particulares, cabendo intervenção por parte do professor ora por parte da coordenação/direção para que se pudesse contornar a situação e não interferir no decorrer da programação para a aula. No entanto, cabe ressaltar que esse tipo de situação, comum em sala de aula, também é parte do processo educacional e, conforme Dewey e Westbrook (2010), a educação é um bem para a sociedade e para o indivíduo.

Com a análise das ferramentas usadas na pesquisa, a saber as atividades diagnósticas e as oficinas, variam de acordo com o percurso do ano letivo por motivos externos e internos (à sala de aula e ao próprio aluno), contudo tais ferramentas possibilitam uma melhor visão da realidade em sala para que se defina as melhores estratégias para o se atingir os objetivos e, ainda, para possíveis intervenções em casos que necessitem de maior cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, entendida como atividade humana emancipadora, garante ao ser humano a aquisição de conhecimentos e cultura com propósitos de formação e de se agregar ao maio social do qual se é parte. Entende-se, ainda, que os aspectos coletivos não se isolam ou se impõem nesse processo, porquanto se deve levar em consideração, no percurso educacional, as histórias que fazem de cada ser humano um indivíduo ímpar.

Desconsiderar interferências externas e internas (diversas) no processo de aprendizagem é ignorar características relevantes e essenciais do Homem, tendo-se em vista que a educação não busca a homogeneização, mas a formação do indivíduo consideradas particularidades que o fazem um ser único.

Entender, perceber e buscar antecipar essas características no contexto da prática educacional é papel da educação e, entende-se aqui, ser usada como ferramenta no processo na vivência em sala de aula, visto que a educação é uma necessidade do Homem como busca de melhor conhecimento de si e da sociedade na qual se insere. É, ainda, indispensável para as sociedades evoluírem enquanto coletivo e conhecer e respeitar as particularidades de cada ente.

Destarte, os resultados a que se chegou confirmam que as atividades desenvolvidas pelo e para o ser humano devem respeitar as distinções de cada pessoa a fim de que se efetive a preparação do indivíduo para a sociedade (deveres) e para gozar de seus direitos enquanto cidadão e cabe à educação a preparação do alunado a fim de se minimizar barreiras e ampliar potencialidades, sabendo-se que o processo educacional é mecanismo de emancipação e uma necessidade humana.

REFERÊNCIAS

- BRANT, F. A.; VELASQUEZ, G. G. **Teorias de aprendizagem e a prática no processo de ensino-aprendizagem**. EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama, v. 18, n. 1, p. 127-146, jan./jun. 2018.
- DEWEY, John; WESTBROOK, Robert B. **Coleção Educadores**. Anísio Teixeira, José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues (org.). Recife: MEC - Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1994.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 2000.
- LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 4a ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 59 p.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.
- TEIXEIRA, A. **A pedagogia de Dewey**. In: DEWEY, John. Vida e educação. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971. p.13-41.